



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**PROJETO BÁSICO Nº 24/2020 - PRES/DG/SGP/COEDE/SEDES**

**1 - INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, e 7º, § 2º, I e §§ 6º e 9º, ambos da Lei 8.666/93, elaboramos o presente Projeto Básico, por inexigibilidade de licitação, com base na decisão plenária 439/98 do Tribunal de Contas da União.

**2 - DESCRIÇÃO DO OBJETO**

Contratação da empresa especializada para a inscrição de 9 servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia no "15º Congresso Brasileiro de Pregoeiros".

O congresso será realizado nos dias 10 a 13//8/2020, com carga horária de 26 (vinte e seis ) horas, na modalidade telepresencial ao vivo.

**2.1. Servidores indicados:**

1. Andercledson Reis
2. Hermenson Pereira da Silva
3. Rudma Rosa Oliveira Costa
4. Roberto Azevedo Andrade Júnior
5. Irleda Maria Soares da Silva
6. Leisson de Sousa Castro
7. Jaide Rabelo Bento
8. Mário Leme da Rocha Júnior
9. Um servidor da CCIA a definir



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### 2.2. Instituição Promotora:

Razão Social: Instituto Negócios Públicos do Brasil  
Estudos e Pesquisas na Administração Pública - INP Ltda

Endereço: Av. José Maria de Brito, 1707 - Jardim das  
Nações, Foz do Iguaçu/PR - CEP: 85.864-320

CNPJ: 10.498.974/0002-81

Contato: Jessica Fabri

Telefone: Telefone: (41) 3778-1717 / WhatsApp: (41)  
98877-0234

email: [www.negociospublicos.com.br](http://www.negociospublicos.com.br) [jessica.fabri@negociospublicos.com.br](mailto:jessica.fabri@negociospublicos.com.br)

Dados Bancários: Banco do Brasil AG.1622-5 Conta:  
20504-4

### 2.3. Do Conteúdo Programático:

Os temas a serem abordados estão indicados no  
Evento [0559129](#).

## **3 - JUSTIFICATIVA**

### 3.1. Da Necessidade

O evento está previsto no Plano Anual de Capacitações, de 2020, cuja necessidades foram relacionadas com os códigos 20200311, 20200312, 20200314 e 20200315, solicitado pelo Secretaria de Administração, Orçamento, Finança e Contabilidade. Do ponto de vista da Matriz de Competência, trata-se de uma capacitação no nível de Avaliação, pois oferece aos servidores que já operam os sistemas de pregão eletrônico, bem como os que lidam com as contratações, o aperfeiçoamento necessário ao desenvolvimento de ações com maior competência e atenção.

Trata-se de um evento anual e é considerado maior encontro de compras públicas no Brasil a tratar desse tema. Contando com



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

profissionais renomados, tem em seu conteúdo progrático as mais recentes e diversificadas atualizações legislativas e jurisprudencial.

Dessa maneira os servidores participantes terão, também, a oportunidade da troca de experiências com servidores de outros órgãos públicos. Além de conhecer e poder indicar para novas formações in-company deste regional os melhores profissionais que ora atuam no mercado de treinamento na área de licitações e pregão eletrônico.

### **3.2. Da Inexigibilidade de Licitação**

A inexigibilidade de licitação se respalda no Acórdão 439/1998 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, que assim decidiu:

*“Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem assim a inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros, enquadram-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/1993”.*

Inscrições em cursos abertos, per se, têm o condão de caracterizar inexigibilidade de licitação, conforme magistério do Prof. Jacoby (FERNANDES. Jorge Ulisses Jacoby. Vade-Mécum de Licitações e Contratos. 3ª. Edição. Editora Fórum. Belo Horizonte. 2005, p. 256):

*“É também inexigível a licitação para a matrícula de servidor em curso oferecido por instituição privada de treinamento, porque esses eventos são realizados em períodos determinados, mostrando-se inviável a competição. Contudo, para a realização de seminários fechados, promovido por qualquer dessas mesmas instituições, é, em princípio, exigível a licitação, porque o interesse e conveniência de treinamento podem ser determinados pela Administração, ao contrário do caso anterior, em que a oportunidade é ditada pelas instituições.”*

Da mesma forma, o Ministro Adhemar Paladini Ghisi, no voto que fundamenta a Decisão TCU 439/1998-Plenário, assim asseverou:

*“Retomando a proposta de decisão em estudo, consideramos desnecessário firmar entendimento quanto à inexigibilidade de licitação para inscrição de servidores em cursos abertos a terceiros. Os cursos abertos para os quais não cabe licitação são aqueles inusitados, quer por não haver previsão de sua repetição, quer pela indiscutível notoriedade do instrutor, ou ainda aqueles oferecidos por uma única empresa. Em todos os casos o texto da Lei é suficientemente claro: há inviabilidade de competição.”*

### **3.3. Da Notória especialização e Singularidade:**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Considera-se que por se tratar de evento com inscrição aberta a terceiros não há necessidade de demonstração da notória especialização e singularidade da empresa/instrutor do curso mencionado, conforme entendimento jurisprudencial do TCU.

### 3.4. D o Alinhamento com os Objetivos estratégicos:

A capacitação contribui para a consecução do objetivo estratégico: **aperfeiçoamento da gestão de pessoas**, conforme disposto no Planejamento Estratégico em vigor

## 4 – DO VALOR

O valor inicial da inscrição é de R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), perfazendo um total de **R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais)**

Dispõe o art. 15, inciso V, da Lei 8.666/93, que as compras, sempre que possível, deverão balizar-se pelos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da administração pública. Determina, ainda, o art. 43, inciso IV, dessa lei, que os preços da proposta vencedora deverão estar de acordo com aqueles praticados pelo mercado.

No caso de cursos abertos, o preço cobrado pela inscrição é o mesmo para qualquer órgão da Administração Pública e também para o setor privado. Logo, desnecessária a realização de cotações de preços ou pesquisas junto a outros órgãos.

## 5 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CATEGORIA	Ordinário
AGREGADOR	Integração e Capacitação dos Servidores
DESPESA AGREGADA	Contratação de empresas na área de treinamento, conforme Plano Anual de Capacitação
PLANO INTERNO	RO CAPPAC
VALOR	<b>R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais)</b>

### **6- DO PAGAMENTO**

A Contratante efetuará o pagamento, após o encerramento da capacitação, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento dos certificados e nota fiscal, devidamente atestada pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento deste TRE/RO, aplicadas as retenções legais.

### **7- DO CONTRATO**

I - O Contrato será substituído pela Nota de Empenho de Despesa na forma do artigo 62, “caput” e parágrafo 4º, da Lei n. 8.666/93.

II - Como condição para a emissão da Nota de Empenho de Despesa a adjudicatária deverá apresentar regularidade junto ao SICAF e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

III - A Administração utilizará a remessa por e-mail de arquivo eletrônico contendo o inteiro teor da Nota de Empenho de Despesa e do seu Termo de Recebimento para impressão, assinatura e devolução pela adjudicatária, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis contados da confirmação do recebimento do e-mail pela adjudicatária.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IV - A adjudicatária poderá retirar a Nota de Empenho de Despesa, mediante assinatura do Termo de Recebimento, diretamente na Seção de Contratos, na sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

V - Apenas em função da total impossibilidade da utilização de e-mail, far-se-á a remessa por via postal da Nota de Empenho de Despesa e do Termo de Recebimento para assinatura e devolução pela adjudicatária.

VI - O descumprimento injustificado pela adjudicatária das obrigações estabelecidas neste capítulo implicará a decadência do direito à contratação, sujeitando-se, também, à multa de 30% (trinta por cento) incidente sobre o valor adjudicado (art. 62, § 2º c/c 81 da Lei n. 8.666/93).

## **8 - DAS OBRIGAÇÕES**

### **8.1. Da Contratante:**

1 .Informar à empresa contratada os dados dos servidores que irão participar do congresso;

2. Pagar à empresa contratada pela execução do serviço, conforme dispõe o § 3º do art. 5º da Lei n. 8666/93, até cinco dias após a o recebimento dos certificados de participação e da fatura.

3. Avaliar a qualidade do treinamento realizado.

### **8.2. Da Contratada:**

1. Garantir a realização do congresso, conforme descrito na proposta em anexo, nos dias 10 a 13/8/2020;

3. Fornecer tecnologia adequada e eficiente para a transmissão do congresso ao vivo;

4. Manter-se regular, desde a contratação até a data do pagamento dos serviços realizados, a documentação comprobatória de sua adimplência com a Fazenda Pública, a Seguridade Social, com o FGTS, perante a Justiça Trabalhista e ao CNJ;

5. Apresentar fatura referente ao serviço realizado, para fins de pagamento pelo Tribunal, no prazo de até 10 (dez) dias após a entrega dos certificados.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **9 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Nos termos do artigo 86 da Lei 8.666/1993, nas hipóteses de atraso injustificado na execução dos serviços, será aplicada multa de mora à empresa contratada de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratado, por dia de atraso no cumprimento das obrigações previstas no item 8, podendo o atraso superior a 02 (dois) dias ser considerado inexecução do contrato.

A aplicação das sanções obedecerá ao procedimento disciplinado pela IN TRE/RO n. 004/08, disponível no sítio eletrônico do Tribunal, com cabimento de recursos ou pedido de reconsideração.

Pela inexecução total ou parcial do serviço objeto deste Projeto Básico, a Administração poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à empresa contratada as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Se a empresa contratada não recolher o valor da multa, eventualmente imposta, dentro de 05 (cinco) dias a contar da data da intimação, o mesmo será automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa SELIC, com fundamento no art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU 1.603/2011.

Caso a mesma não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, seus dados serão encaminhados ao Órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União. As multas previstas nesta seção não eximem a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **10 – DAS GARANTIAS**

Em decorrência das peculiaridades do objeto não se exigirá garantias.

### **11 – DO PRAZO DE EXECUÇÃO**

A execução dos serviços deverá ocorrer em observância ao conteúdo programático nos dias 10 a 13/8/2020.

### **12 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO**

A gestão e a fiscalização deste procedimento serão realizadas pela Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE.

Os procedimentos de fiscalização ocorrem em três fases temporais:

1. Antes da execução do evento: será verificada a confirmação do evento no prazo definido e a regularidade fiscal da empresa.

2. Durante a execução do evento: verifica-se a regularidade das aulas, o cumprimento dos horários, a presença do instrutor, o fornecimento dos materiais e todos os itens inclusos na contratação.

3. Após a execução do evento: verifica-se o cumprimento da carga-horária, a avaliação do evento pelos participantes e a emissão dos certificados e Nota Fiscal.

Os demais procedimentos de gestão e fiscalização do contrato seguem as normas estabelecidas pela IN 04/2008-TRE/RO.

### **13 – DOS ANEXOS**

a) Documentação da empresa, comprovando a regularidade junto ao FGTS, Fazenda Federal, à Justiça Trabalhista e ao CNJ, (eventos [0559522](#), [0559599](#), [0559600](#) e [0559617](#)), portanto, apta a contratar com a Administração Pública.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Proposta ([0560201](#))



Documento assinado eletronicamente por **ELZA MARIA SANZOVO GRANO, Chefe de Seção**, em 16/07/2020, às 16:53, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002007-05.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE – CURSO ABERTO – "15º Congresso Brasileiro de Pregoeiros".

**PARECER JURÍDICO Nº 147 / 2020 - PRES/DG/AJDG**

## **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado pela SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SEDES ([0557122](#)), objetivando a participação de 09 (nove) servidores no curso "15º Congresso Brasileiro de Pregoeiros" que será realizado nos dias 10 a 13/8/2020, com carga horária de 26 (vinte) horas, na modalidade de ensino telepresencial ao vivo.

**02.** Na Solicitação de Contratação 9 ([0558753](#)), consta como solicitante a Secretaria de Administração, Orçamento e Finança – SAOFC e como unidade demandante a Coordenadoria de Educação e Desenvolvimento – COEDE. O referido documento foi submetido à aprovação do secretário da SAOFC, o qual autorizou a elaboração do estudo técnico preliminar e o Projeto Básico da pretensa contratação, consoante Despacho nº 1134/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0558785](#)). Com isso, a COEDE elaborou o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP 10 ([0559055](#)).

**03.** Para instruir o feito, juntou-se aos autos a proposta do treinamento elaborada pela empresa citada ([0559051](#)), conteúdo



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

programático ([0559129](#)), regularidade fiscal da empresa promotora do evento junto ao FGTS ([0559135](#)), Receita Federal ([0559138](#)), Justiça do Trabalho ([0559141](#)) e CNJ ([0559144](#)), demonstrando estar apta a contratar com a administração pública.

**04.** O custo das inscrições é de **R\$ 18.900,00** (dezoito mil e novecentos reais), conforme descrição do valor no item 4, do Projeto Básico 24 ([0560202](#)). Ainda, consta no referido documento a descrição do objeto, justificativa, valor, aderência ao planejamento orçamentário, forma de pagamento, as obrigações do TRE, as obrigações da contratada, as sanções administrativas, dispensa de garantia, prazo de execução, indicação da COEDE para gestão e fiscalização da contratação e descrição dos anexos, documentos de regularidade fiscal e proposta da empresa.

**05.** A SEDES encaminhou, via e-mail ([0560245](#)), o Projeto Básico ([0560202](#)) para a ciência do representante da empresa proponente. Pelo e-mail constante no evento [0560574](#), a referida empresa atestou sua concordância aos termos do Projeto Básico.

**06.** O secretário da SGP dá continuidade ao procedimento de contratação remetendo os autos à SAOFC e ciência da deflagração ao Juiz Diretor da EJE (Despacho nº 202/2020 – PRES/DG/SGP/GABSGP - [0560785](#)). Por ora o secretário da SAOFC remeteu os autos à COMAP para análise do Projeto Básico citado, à COFC para programação orçamentária, e a esta AJDG para emissão de parecer jurídico, conforme Despacho nº 1176/2020 – PRES/DG/SAOFC/GABSSAOFC ([0561158](#)).

**07.** A Coordenadoria de Material e Patrimônio - COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do art. 7º, § 2º, da lei n. 8.666/93 e do art. 17, V da Instrução Normativa TRE n. 004/08, analisou o Projeto Básico e conclui por sua regularidade ([0561860](#)).

**08.** Por fim, a SPOF juntou aos autos a Programação Orçamentária ([0562356](#)), no valor de **R\$ 18.900,00** (dezoito mil e novecentos reais), para custear a despesa, oportunidade em que a SPOF informou que: *"Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, informa-se que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.)"*

**09.** Assim instruídos, vieram os autos para análise desta unidade Jurídica. **É o breve e necessário relato.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

## **II – ANÁLISE JURÍDICA**

**10.** A Constituição Federal, no seu art. 37, inciso XXI, estabelece a obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório nas contratações feitas pelo Poder Público. Todavia, o próprio comando constitucional delegou à legislação infraconstitucional a previsão de **exceções** à regra geral, *in verbis*:

**Art. 37.** A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação**, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. **(Negritou-se).**

**11.** Não por outro motivo, a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, disciplinou, em conformidade com a Carta Política, as situações de dispensa (art. 24) e inexigibilidade (art. 25) do certame competitivo.

**12.** Desse modo, tratando-se de pretensão da Administração na contratação de **serviços técnicos profissionais especializados de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal**, situação definida pela Lei de Licitações e Contratos, em seu **art. 13, inciso VI, em princípio**, está caracterizada a situação de inexigibilidade competitiva prevista no **inciso II do art. 25**. Veja-se:

**Art. 25.** É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

[...]

**II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização**, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; **(negritou-se).**

**13.** Observe-se que a regra legal transcrita **não é genérica**. Pelo contrário, o legislador estabeleceu expressamente as situações específicas para as quais entendeu serem obrigatórias para a inexigibilidade de licitação a contratação de serviços técnicos enumerados pelo **art. 13** do Código de Licitações. Da previsão legal, retiram-se os



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

seguintes requisitos: **a) natureza singular; b) prestação por profissionais ou empresas de notória especialização.**

**14.** Contudo, o entendimento jurisprudencial do TCU tem afastado ambos os requisitos, dispensando a demonstração da singularidade do curso ou da notoriedade do instrutor, quando o evento de capacitação for ofertado por  **cursos abertos**. Veja-se:

[...]

**45.** Retomando à proposta de decisão em estudo, consideramos desnecessário firmar entendimento quanto à inexigibilidade de licitação para inscrição de servidores em cursos abertos a terceiros.

**46.** Os cursos abertos para os quais não cabe licitação são aqueles inusitados, quer por não haver previsão de sua reposição, quer pela indiscutível notoriedade do instrutor, ou ainda aqueles oferecidos por uma única empresa. Em todos os casos o texto da Lei é suficientemente claro: há inviabilidade de competição. ” **Decisão TCU 439/1998-Plenário – Ministro Adhemar Paladini Ghisi.**

**15.** Ressalte-se que a jurisprudência pátria, principalmente da Corte de Contas da União, tem abrandado de forma sistemática e substancial a verificação dos requisitos legais permissivos da inexigibilidade. Cita-se, a respeito, trecho do voto do **Ministro Adhemar Paladini Ghisi, proferido nos autos do TC 000.830/98-4:**

**A aplicação da lei deve ser compatível com a realidade em que está inserida, só assim o direito atinge seus fins de assegurar a justiça e a equidade social.** Nesse sentido, defendo o posicionamento de que a inexigibilidade de licitação, na atual realidade brasileira, estende-se a todos os cursos de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, fato que pode e deve evoluir no ritmo das mudanças que certamente ocorrerão no mercado, como aperfeiçoamento das técnicas de elaboração de manuais padronizados de ensino. Essa evolução deve ser acompanhada tanto pelos gestores como pelos órgãos de controle, no âmbito de suas atuações. Assim desponta, a meu ver, com clareza que a inexigibilidade de licitação para contratação de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, na atualidade é regra geral, sendo a licitação exceção que deve ser averiguada caso a caso pelo administrador. **Destarte, partilho do entendimento esboçado pelo Ministro Carlos Átila no sentido do reconhecimento de que há necessidade de assegurar ao administrador ampla margem de discricionariedade para escolher e contratar professores ou instrutores. Discricionariedade essa que deve aliar à necessidade administrativa à qualidade perseguida, nunca a simples vontade do administrador.** Pois, as contratações devem ser, mais do que nunca, bem lastreadas, pois não haverá como imputar à legislação, a culpa pelo insucesso das ações de tratamento do órgão sob sua responsabilidade. - (DOU de 23.07.1998) - (grifou-se e negritou-se).

**16.** Em resumo, nos termos da **Decisão do TCU n. 654/2004 — Plenário (TC 010.583/2003-9)**, a inscrição de servidores em cursos abertos ministrados por empresas especializadas enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação, *in verbis*:

***O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:***

***Considerar que as contratações de professores, conferencistas ou instrutores para ministrar cursos de treinamento ou aperfeiçoamento de pessoal, bem como a***



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

*inscrição de servidores para participação de cursos abertos a terceiros enquadra-se na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II do art. 25, combinado com o inciso VI do art. 13 da Lei nº 8.666/93.* (grifou-se).

**17.** Releva destacar, ainda, voto do **Ministro Eros Grau**, proferido nos autos da **Ação Penal AP 348/SC**. Tal voto foi seguido por todos os membros do **Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF**:

**EMENTA: AÇÃO PENAL PÚBLICA. CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE ADVOGADOS FACE AO CAOS ADMINISTRATIVO HERDADO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL SUCEDIDA. LICITAÇÃO. ART. 37, XXI DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DISPENSA DE LICITAÇÃO NÃO CONFIGURADA. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO CARACTERIZADA PELA NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS CONTRATADOS, COMPROVADA NOS AUTOS, ALIADA À CONFIANÇA DA ADMINISTRAÇÃO POR ELES DESFRUTADA. PREVISÃO LEGAL.** A hipótese dos autos não é de dispensa de licitação, eis que não caracterizado o requisito da emergência. Caracterização de situação na qual há inviabilidade de competição e, logo, inexigibilidade de licitação. 2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. " - (DJ 03/08/07 p.30) - (grifou-se e negritou-se).

**18.** No caso em tela, o evento pretendido visa capacitar servidor cujas atividades se encontram correlatas ao seu conteúdo programático e que atua em unidade que demanda com frequência os conhecimentos buscados no treinamento. Nesse sentido, destaca-se o registro contido na **justificativa da necessidade do curso, item 3 do PB (0560202)**:

### **3.1. Da Necessidade**

O evento está previsto no Plano Anual de Capacitações, de 2020, cuja necessidades foram relacionadas com os códigos 20200311, 20200312, 20200314 e 20200315, solicitado pelo Secretaria de Administração, Orçamento, Finança e Contabilidade. Do ponto de vista da Matriz de Competência, trata-se de uma capacitação no nível de Avaliação, pois oferece aos servidores que já operam os sistemas de pregão eletrônico, bem como os que lidam com as contratações, o aperfeiçoamento necessário ao desenvolvimento de ações com maior competência e atenção.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de um evento anual e é considerado maior encontro de compras públicas no Brasil a tratar desse tema. Contando com profissionais renomados, tem em seu conteúdo programático as mais recentes e diversificadas atualizações legislativas e jurisprudencial.

Dessa maneira os servidores participantes terão, também, a oportunidade da troca de experiências com servidores de outros órgãos públicos. Além de conhecer e poder indicar para novas formações in-company deste regional os melhores profissionais que ora atuam no mercado de treinamento na área de licitações e pregão eletrônico.

### **III – CONCLUSÃO**

**19.** Diante ao exposto, esta Assessoria entende que a **Administração poderá realizar as inscrições dos servidores indicados para a participação no 15º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS**, promovido pela empresa Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública - INP Ltda., CNPJ nº 10.498.974/0002-81, na modalidade de ensino telepresencial ao vivo, com fundamento no **art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações, nos termos ainda da Decisão TCU n. 439/98-Plenário.**

**20.** Por sua vez, observa-se que o Projeto Básico nº 22 ([0560202](#)), no que lhe é aplicável, atende às disposições do **art. 6º, inciso IX e alíneas, da Lei n. 8.666/93, podendo ser levado à aprovação da autoridade superior competente**, para os efeitos do **art. 7º, § 2º, I e § 9º**, do mesmo diploma legal.

**21.** Embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se **dispensada a formalização de contrato**, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do **art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente** para regular a relação contratual, sendo de boa prática o envio de cópia do Projeto Básico à empresa contratada, conforme já efetivado o envio através de e-mail juntado aos autos pelo evento [0560574](#).

**22.** Por fim, com precedente no **Acórdão TCU nº 1336/06-Plenário**, entende-se **desnecessária a publicação na imprensa oficial**, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26, da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal (Lei nº 8.666/93, art. 24, inc. II c/c MP nº 961, de 06 de maio de 2020). Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

Submete-se à consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, Analista Judiciário, em 27/07/2020, às 14:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 27/07/2020, às 14:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0002007-05.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SEDES

ASSUNTO: Inscrição de servidores para participação no "15º Congresso Brasileiro de Pregoeiros" promovido pela empresa INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL ESTUDOS E PESQUISAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - INP LTDA.

**DESPACHO Nº 1169 / 2020 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Capacitação e Desenvolvimento Organizacional - SEDES ([0557122](#)), objetivando a participação de 09 (nove) servidores no curso "15º Congresso Brasileiro de Pregoeiros" que será realizado nos dias 10 a 13/8/2020, com carga horária de 26 (vinte) horas, na modalidade de ensino telepresencial ao vivo.

Em cumprimento ao inciso IX do artigo 6º da Lei nº 8.666/93, a unidade demandante elaborou o Estudo Técnico Preliminar ([0559055](#)).

A programação do curso está descrita no evento [0559129](#).

Dimensionou-se o valor total das inscrições em **R\$ 18.900,00** (dezoito mil e novecentos reais), sendo o custo por pessoa R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais) conforme item 4 do Projeto Básico nº 24/2020 ([0560202](#)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Para instruir o feito, juntou-se aos autos a Certidão Negativa de Cadastro no FGTS ([0559135](#)); Certidão Negativa de Tributos Federais ([0559138](#)); Certidão Negativa Trabalhista ([0559141](#)) e Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ ([0559144](#)).

O Secretário da SGP encaminhou os autos à SAOFC para análise do Projeto Básico, com vistas à inscrição dos servidores ([0560785](#)).

A Coordenadora da COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, manifestou-se pela regularidade do Estudo Técnico Preliminar e do Projeto Básico em questão e pela adjudicação do objeto à referida proponente ([0561860](#)).

Juntou-se aos autos a Programação Orçamentária no valor de **R\$ 18.900,00** (dezoito mil e novecentos reais) para custear a despesa, informando a SPOF que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível com o PPA, LDO e LOA ([0562356](#)).

Assim instruídos, os autos foram encaminhados para análise da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, que opinou pela possibilidade da inscrição dos servidores indicados para a participação no evento em questão, por inexigibilidade de licitação; pela dispensa da formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho, nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93; e pela desnecessidade de publicação na imprensa oficial para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, com base no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário e na Orientação Normativa n. 34/2011, haja vista que o valor da contratação está aquém do patamar da dispensa legal ([0563388](#)).

Por fim, a SAOFC reconheceu a inexigibilidade apontada pela AJDG e manifestou-se pela aprovação do Projeto Básico n. 24/2020, pela autorização da despesa, por inexigibilidade de licitação, autorização para emissão de Nota de Empenho e publicação do ato apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0563537](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Da análise dos presentes autos, verifica-se que o processo foi devidamente instruído e a documentação carreada aos autos preenche os requisitos técnicos e legais norteadores da matéria.

Como bem explanado pela Assessoria Jurídica, a contratação de serviços técnicos profissionais especializados, de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, enquadra-se na hipótese de





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

inexigibilidade de licitação definida no art. 25, II c/c o inciso VI do artigo 13 da Lei Geral de Licitações.

Registra-se que, por se tratar de evento com inscrição aberta a terceiros não há necessidade de demonstração da notória especialização e singularidade da empresa/instrutor do curso mencionado, conforme entendimento jurisprudencial do TCU, nos termos do item 3.3 do PB n. 24/2020 ([0560202](#)).

No que diz respeito ao balizamento dos preços praticados, nada há de reparos nesse aspecto, tendo em vista que o preço cobrado pela inscrição é o mesmo para qualquer órgão da Administração Pública e também para o setor privado. Logo, desnecessária a realização de cotações de preços ou pesquisas junto a outros órgãos.

Verifica-se que o evento em tela está em harmonia com o Programa Permanente de Capacitação dos Servidores da Justiça Eleitoral estabelecido pela Resolução do TSE n. 22.572/07 e com o Plano Anual de Capacitação de 2020, cuja necessidade foi relacionada com os códigos 20200311, 20200312, 20200314 e 20200315, conforme informado no item 3 do PB ([0560202](#)).

Convém mencionar que, com base no precedente no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário, entende-se desnecessária a publicação na imprensa oficial, para cumprimento da regra prevista no *caput* do artigo 26 da Lei Geral de Licitações e Contratos, haja vista que o valor da contratação é inferior ao patamar da dispensa legal (Lei n° 8.666/93, art. 24, inc. II c/c MP n° 961, de 06 de maio de 2020).

Por fim, embora se trate de serviço, considerando a forma usual de contratação desses eventos, entende-se dispensada a formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual.

Pelo exposto, com base nas atribuições conferidas pelo art. 1º, inciso I da Portaria 66/2018, esta Diretoria-Geral **RATIFICA** a inexigibilidade reconhecida pela SAOFC e descrita no artigo 25, II da Lei n. 8.666/93, e

**1 - aprova o ETP e o Projeto Básico nº 24/2020 - SEDES ([0559055](#) e [0560202](#))**, porquanto possuem os elementos mínimos essenciais definidos no art. 6º, IX e alíneas, art. 7º, I e art. 14 da Lei n. 8666/93;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**2 - autoriza a despesa, por inexigibilidade de licitação,** com fulcro no art. 25, inciso II c/c o inciso VI do art. 13 da Lei 8.666/93, nos termos ainda da Decisão do TCU n. 439/98-Plenário;

**3 - adjudica o objeto à empresa Instituto Negócios Públicos do Brasil Estudos e Pesquisas na Administração Pública - INP Ltda., CNPJ nº 10.498.974/0002-81 e autoriza a emissão de Nota de Empenho** em seu favor, no valor total de **R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais)**, condicionada à regularidade fiscal da empresa; e

**4 - Determina a publicação do ato de ratificação da inexigibilidade apenas no Diário de Justiça Eletrônico - DJE**, em respeito ao princípio da publicidade, uma vez que o valor da contratação situa-se abaixo dos patamares da dispensa legal (Lei nº 8.666/93, art. 24, inc. II c/c MP nº 961, de 06 de maio de 2020), com fulcro no Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário.

À SAOFC para a continuidade das ações visando à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 31/07/2020, às 20:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.